

FORJAR OU RESSIGNIFICAR IDENTIDADES:

Uma análise da construção identitária nacional no século XX: O Movimento Negro e o Museu Afro Brasil

Ana Carla Hansen da Fonseca*

*¡ Al fin comprendí AL FIN
Ya no retrocedo AL FIN
Y avanzo segura AL FIN
Avanzo y espero AL FIN
Y bendigo al cielo porque quiso Dios
que negro azabache fuese mi color
Y ya comprendí AL FIN
Ya tengo la llave
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO
¡Negra soy!¹*

No dia 12 de junho de 2014, na abertura da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, no momento em que são convidados a soltar pombas brancas um índio, um negro e um branco, revivemos a celebração de uma identidade homogeneizante da nação baseada na passividade e coexistência floreada das três matrizes étnicas (que na verdade, são muito mais múltiplas que estas) do povo brasileiro. Uma identidade criada que esconde o preconceito racial, a desigualdade de oportunidades as quais foram historicamente renegadas tais “raças”. No entanto, esse teatro não pôde esconder o grito do garoto índio Jeguaka Mirim que ao fim da encenação, estende uma faixa manifestando-se a favor da demarcação de terras de sua comunidade², que vem sofrendo com a expansão do latifúndio e risco de reintegração de posse, e há tempos, (há 500

¹ Trecho de poema de autoria de Vitoria Santa Cruz, coreógrafa, estilista, poetisa negra peruana, nascida em 1922, influenciada pelo Movimento Negritude.

*Estudante de Nível Mestrado na Universidade Federal de São Paulo, Departamento de História. Pesquisa financiada pela CAPES

²Jeguaka Mirim pertence a aldeia Krukutu, em Parrelheiros, São Paulo. Aldeia que assim como outras da cidade, como a do Jaraguá, sofre com a possibilidade de reintegração de posse e desintegração da comunidade.

anos), gera o extermínio e a marginalização de diversos grupos indígenas pelos mesmos motivos que outrora se faziam presentes na história do Brasil e ainda permanecem.

O processo de construção de identidade nacional não é de hoje. Este debate já se tornou intenso especificamente quando dos grandes acontecimentos da história nacional – a Independência e a Proclamação da República. Nesses momentos cruciais, em que se começa a pensar sobre o que devemos chamar de Brasil, foram feitas escolhas que valorizaram determinados sujeitos históricos e negligenciaram, marginalizaram e até exterminaram outros. A independência do Brasil não permitiu que todos fossem independentes, a República até hoje, não é exatamente pública.

Dentre os diversos grupos sociais que foram excluídos da representação identitária nacional, os negros, devido ao processo histórico já conhecido como escravidão, são os exemplos de sujeitos históricos que por diversas vias buscaram e buscam ao longo de toda sua permanência em solo brasileiro, redefinir a memória e identidade nacional, que corriqueiramente os negligenciou.

A proclamação da República e especialmente a Abolição da Escravatura não foi capaz de permitir que a estandarte de “liberdade” fosse realmente colocado em prática. Pós-1888, estabeleceu-se uma massa de escravizados libertos, ex-escravos, descendentes de escravos a buscar seu espaço enquanto sujeito “livre”.

O que na verdade ocorre, como discorre Maria Helena Machado [1994] é que, apesar da diversidade de setores envolvidos no processo de abolição, o que se vê no decorrer é que o projeto de nação vencedor não deixa de ser elitista. No entanto, reconhecer este fator, não significa dizer que outros setores e outros projetos mais populares não estivessem presentes, no embate que ali se colocou [Ibidem. P.230].

“Movimentação complexa e espontânea, o abolicionismo igualmente carregava para seus quadros indivíduos destemidos e ousados que o desenraizamento e o deslocamento social despejavam fora do mecanismo de integração e ascensão social. [...] Nesse sentido, o

movimento abolicionista, como um mosaico de muitas cores e desenhos, compôs-se e recompôs-se, ao longo da década de 80, oscilando segundo o engajamento dos estratos sociais muito diversificados lhe imprimiam, mas que o alarido dos mais setores populares teimava em manter em evidência.”

É sobre estes setores populares, especificamente os negros, que se embrenharam na luta por definição do que viria a ser essa República recém criada e qual o brasileiro iria ser representante dessa nova nação, que discursaremos aqui. Construir uma identidade nacional em que não seja desprezada a questão racial, é o desafio que se coloca no pós abolição, como afirma Amílcar Pereira [2010, p.45] :

“era necessário construir uma identidade nacional. Entretanto, tendo em vista a enorme influência das teorias raciais do século XIX [...], como construir uma identidade nacional – naquele momento diretamente ligada à idéia de raça que se constituía – com uma população cuja maioria descendia de ex-escravizados de origem africana e indígenas, considerados inferiores?”

Para entender o processo de integração dos negros na sociedade brasileira no pós-abolição, é necessário primeiramente compreender como se deu o processo de redefinição do conceito de raça ao longo do século XX e como este definiu a luta por uma nova memória e identidade nacional.

*

Nas primeiras décadas do período pós-abolição, a política governamental se deu em relação a um esforço pelo “branqueamento” da população nacional, com forte estímulo de imigração, sobretudo, europeia. A idéia, importada do século XIX, de que havia uma hierarquização racial, sendo a branca aquela de mais alto padrão, justificou as políticas imigratórias do início do século XX. O historiador acima citado nos dá inúmeros exemplos de como essa ideologia influenciou as políticas públicas, baseados na “*metáfora darwinista [...] da sobrevivência dos mais aptos, e que utilizaram a*

eugenia para sugerir políticas públicas, que entre outras coisas, implicavam no que Seyferth chama de uma limpeza étnica” [SEYFERTH, 1996, p.43 *apud* PEREIRA, 2010 p. 46], por meio, principalmente, de leis imigratórias.

Isto é, buscando neutralizar ou mesmo desaparecer com a presença negra em solo nacional, o branqueamento serviria como forma de organizar um novo padrão racial na sociedade brasileira e do Estado- Nação de maneira a se equiparar àquelas nações de alto padrão – as européias.

O processo de branqueamento levou a construção da idéia da mestiçagem do povo brasileiro. Para alguns estudiosos esse era um fator positivo, para outros, negativo. Como discursa Pereira [Ibdem, p.50]:

“homens da ciência” brasileiros como João Batista de Lacerda, Sylvio Romero e Oliveira Viana estavam entre aqueles que acreditavam que a mestiçagem poderia aos poucos neutralizar a presença negra através da “preponderância do elemento branco”. Para outros, como Nina Rodrigues, a mistura com o negro “constituiria um povo inferior necessariamente, se comparado aos europeus, devido à presença do ‘sangue negro’ em sua formação.”

A mestiçagem estimulou um falso pensamento de democracia racial, de que aqui, as diferentes matrizes raciais viviam em harmonia e poderiam até ter acesso às mesmas oportunidades. O fato de termos mais brancos que negros ocupando altas posições se deve ao fato natural da “sobrevivência dos mais aptos”.

No entanto, engana-se porém, quem acredita que esta idéia de democracia racial teve força apenas entre a elite e brancos da sociedade brasileira. Muitos negros acabaram por introjetar essa idéia de que racismo é uma falácia no Brasil e que aqui, reconhece-se a contribuição dos negros e índios na história brasileira de maneira igualitária e sem hierarquia, como ficou conhecido o argumento de Gilberto Freyre, um dos principais expoentes da idéia. Ao entrevistar diversos negros e negras que de

alguma maneira tiveram influência no movimento negro brasileiro, Pereira [2010] demonstra que muitos negros demoraram para se assumir enquanto tal, ou porque se consideravam mulatos, morenos, mas não negros, ou por acreditar que essa afirmação de identidade era desnecessária. Esse processo de negação poderia inclusive ser considerado uma estratégia para a circulação dos mesmos em meios aos quais negros não eram bem vindos ou aceitos.

A tomada de consciência, através da dialética do contato com o outro, o branco, de que a idéia de “democracia racial” esconde as desigualdades sociais às quais os negros e negras estariam e estão submetidos começa a tomar corpo mais fortemente em meados do século XX; a partir deste momento, toma-se de princípio de que tal ideologia é um mito e deve ser combatido.

Esse processo se faz por meio de interferências de várias correntes de pensamento e de experiência ao longo do século XX: a negritude como forma de valorização identitária positiva do negro e de sua arte, construindo os primórdios de uma idéia de “civilização negra universal”, o PanAfricanismo, a influência do Black Power norte-americano são exemplos de respostas à desigualdade encontrada na relação branco e negro.

Kabengele Munanga [2012], ao falar sobre identidade negra, nos esclarece o contexto em que tal idéia surge e ganha força. O autor, após dissertar sobre identidade e identidade coletiva, em seu artigo chega ao fim por justificar a necessidade de uma identidade negra em contraponto a uma identidade coletiva negativa que fora atribuída aos negros pela história, como sempre vítimas e incapazes de contribuição nas sociedades para as quais foram levados, em especial o Brasil.

Para ele, a negritude, ainda que se tome inicialmente como um fator biológico distintivo – a cor da pele – não se trata disso [MUNANGA, 2012 p. 13]

“Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas

sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada à existência dessas culturas.”

O autor, então, coloca como necessária a construção, o fortalecimento dessa identidade específica de um grupo social, porque se contrapõe e afirma esse grupo, fazendo frente às políticas excludentes perpetradas pelos grupos que já estão “*no topo da pirâmide social*” [Ibidem, p. 13], como os brancos, burgueses, homens, heterossexuais, etc.

Isto é, a afirmação dessa identidade é uma ação política afirmativa, não podendo ser considerada um racismo às avessas, como questiona o título do artigo [Ibidem, p. 14]

“Muitas de nossas identidades coletivas que se processam pelo discurso têm conteúdo e finalidades políticas, visando às mudanças na sociedade. Neste sentido, a identidade negra que reuniria todos os negros e todas as negras é a identidade política. Nela se encontram negros e negras de todas as classes sociais, de todas as religiões, de todos os sexos, porque juntos todos são vítimas da discriminação e exclusão raciais.”

Sobre o tema, Appiah [1997] em seu célebre livro *Na Casa de Meu Pai*, reflete como esse processo de solidariedade racial estimulou o PanAfricanismo. Para ele, o PanAfricanismo, surgido nas Américas em solidariedade à África colonizada e ao seu processo de independência, por considerar que os negros da diáspora tinham forte ligação com a terra-mãe, se dá em bases errôneas, por se apoiar no racismo e supor que os africanos tem uma base comum (desconsiderando a heterogeneidade cultural e étnica já presente no continente), compartilhando assim uma visão essencializada da África, como uma e homogênea. No entanto, o autor considera que o uso do termo raça e a identificação positiva que se faz em relação a essa identidade, é eficaz na luta contra o opressor, no entanto, apresenta vieses negativos, pois a identidade africana famigerada pelo PanAfricanismo se dá de fora pra dentro, isto é, não parte do interior da África, mas sim a partir da Diáspora, o que faz com que muitas vezes não encontre repercussão dentro do próprio continente. Como vemos na obra *História Geral da África* [V.7, 210], enquanto movimento de apoio à libertação das colônias africanas em contraposição ao

Imperialismo, o PanAfricanismo ressoou, pois pressionou a opinião internacional, articulou movimentos de solidariedade e até financiamento das colônias em busca de independência, no entanto, enquanto movimento de integração, teve dificuldades pois as diferenças internas, muitas delas causadas pelo capitalismo e pela exploração pelas metrópoles, dificultaram a união do continente, do ponto de vista econômico, social e político.

A afirmação da identidade negra e a solidariedade entres os povos descendentes de africanos foi a saída encontrada pelos negros para denunciar as diferenças sociais a que eram submetidos e desmistificar a idéia de democracia racial. Grupos como Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro e na segunda metade do século XX, o Movimento Negro Unificado, entre vários outros que derivam destes, buscaram de diferentes maneiras afirmar e reivindicar a valorização do negro na história e memória oficial nacional, como forma de buscar a integração destes na sociedade de classes que agora surgia.

Inicialmente, o discurso do movimento tinha um caráter assimilacionista, isto é, não buscavam mudanças na sociedade do ponto de vista estrutural, ou como afirma Florestan Fernandes [1965 apud PEREIRA, 2010, p.85], a luta da Frente Negra Brasileira, por exemplo “*consistia na impulsão para absorver os padrões de vida dos ‘brancos’ e, através deles, redefinir a posição do ‘negro’ na estrutura social e as imagens negativas, que circulavam a seu respeito.*”

A partir de 37, com o Teatro Experimental do Negro, a afirmação da identidade se dá seguindo a influência do movimento *negritude*³, desta vez, não tanto buscando se integrar ao padrão “branco” de vida, mas de afirmar a particularidade de ser negro, em uma sociedade desigual e racista, sem vitimizar tais sujeitos, mas sim de afirmar sua identidade política frente ao opressor, como afirmou Munanga já mencionado acima, de

³ O Movimento Negritude, surge na França, na primeira metade do século XX, através do trabalho de intelectuais como Leopold Sédar Senghor e Aimé Césaire, oriundos de países colonizados, que buscam através da literatura e outras manifestações culturais não só valorizar a identidade negra, mas também de formar e divulgar a ideologia de uma civilização negra universal, capaz de escrever sua própria história e lutar a favor dos países oprimidos pelo Colonialismo. Segundo Césaire, os pilares do ‘negritude’ são: identidade, fidelidade e solidariedade à raça. Ver mais em: DOMINGUES, Petronio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

maneira que esta valorização buscassem alterações políticas e sociais, contribuindo para o enaltecimento de uma “civilização negra universal”.

No entanto, até a década de 70, a relação entre raça e classe era trabalhada de maneira distinta. A integração destes dois conceitos e da realidade vivida pelos sujeitos passa a ser considerada através das trocas de informações realizadas entre militantes e intelectuais do movimento brasileiro⁴ e outros expoentes da América, formando o que Gilroy [apud PEREIRA, 2010] denomina como “Atlântico Negro”. Este conceito se faz muito esclarecedor pois é a partir da verificação da semelhança na condição social dos negros tanto no Brasil, quanto em outros países da América, em especial os EUA, que o processo de solidariedade racial se amplia pra além do nacional; e podemos dizer, que se amplia também de um ponto de vista classista, uma vez que, importantes grupos do movimento negro passam a se associar à lutas de esquerda, como é o caso do MNU, Black Panthers dos EUA, que lutam por uma mudança social não só sob o aspecto racial, mas também contra a exploração do capitalismo, em especial, no que se refere às colônias africanas, bases que levam ao já mencionado pensamento panafricano.

*

O que temos em comum nessas diferentes formas de abordagem do Movimento Negro no pós-abolição no Brasil é o fato de terem como missão principal a denúncia do mito da democracia racial e a preocupação de reescrever a história nacional de uma perspectiva negra.

A luta como vimos, se deu nas ruas, em congressos, em debates, mas também acontece do ponto de vista museológico. Os museus na contemporaneidade ganham maior visibilidade devido ao que Hartog denomina como “Presentismo”. Uma sensação da contemporaneidade, fruto da aceleração do tempo e de efemeridade⁵ da memória,

⁴ Antonio Sergio faz uma breve análise como intelectuais de renome internacional, como Franz Fanon, Dubois, Florestan Fernandes entre outros, influenciaram na concepção do Movimento Negro sobre integração dos negros na sociedade.

Ver em: GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Intelectuais Negros e Formas de Integração Nacional. Estudos Avançados 18 (50), 2004.

⁵ De maneira sucinta, segundo Koselleck (1990), cada tempo presente tem uma forma específica de lidar com o passado, a estas formas, ele cria o conceito de Regimes de Historicidade. Mesclando as análises feitas por este estudioso e por Farnçois Hartog (2006), temos uma análise sobre o período contemporâneo, especificamente pós-revolução industrial e pós-guerra, que causa um sentimento de aceleração do tempo, tanto pela rapidez das produções das coisas materiais, como também de sua destruição. Nesse processo

que segundo ele [2006, pg.270], considerando a análise de Koselleck [1990], faz com que o século XX seja detentor de um *presente já passado antes de ter completamente chegado. Mas desde o fim dos anos 1960, este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado pela memória*. Ou seja, ainda que vivamos essa sensação de perda, buscamos nos agarrar em todo e qualquer resquício de memória para mantê-la viva no presente. Desta forma, os museus, enquanto também espaços de preservação da memória de diversos grupos, tem o seu papel valorizado na sociedade contemporânea.

Menezes [1993] também discute a questão da identidade e a responsabilidade que os museus passaram a adquirir em relação a este tema na contemporaneidade, na medida em que estes foram se aproximando mais de grupos minoritários que antes eram exilados pela historiografia e museologia tradicional. Para o autor, os museus são um referencial sensorial no despertar de identidades de seu público, que passa a se reconhecer em contraposição a outro, cujo contato foi mais intensificado pela globalização, e por essa contraposição, ocorre a atribuição de poder ao grupo representado, fortalecendo o papel social da instituição museológica.

O Museu Afro Brasil⁶ se coloca como grande exemplar de mais um elemento que agora se insere na disputa da confecção da trama histórica e da memória nacional e que, traz à tona, questões e grupos que, a gana por buscar uma coesão nacional forjada ao longo do XIX e início do XX, obscureceu ou tratou de modo romanceado, sem apresentar realmente as desigualdades históricas que diversos grupos sociais sofreram, seja do ponto de vista historiográfico, seja do ponto de vista museológico ou do cotidiano em si.

O Museu Afro Brasil, fundado em 2004 expressa prioritariamente as questões de seu presente criador - como qualquer outro museu. Neste caso, através da análise do acervo permanente como fonte, temos uma expografia que contrapõe de um lado o

ambíguo de rápida produção e extinção, temos a sensação de que o tempo corre mais acelerado e nossa memória pode facilmente se dissipar, levando a consequências como o Presentismo mencionado no texto.

⁶ A autora desse texto fez uma pesquisa de cunho monográfico sobre o tema:

FONSECA, Ana. Museu Afro Brasil e o Conceito de África presente em seu discurso expositivo. Guarulhos, UNIFESP, 2013.

discurso emocionado e traumático de um passado baseado na escravidão e que ainda modela as desigualdades de hoje e, de outro, a superação do negro através de sua capacidade criativa de realizar os mais diversos trabalhos. Isto é, diante da desigualdade que ainda hoje subjuga o negro, temos a afirmação deste como sujeito histórico. O visitante passa a participar de um discurso de militância que permite que ele valorize o negro, mas não se esqueça da desigualdade oriunda do processo escravocrata que permanece em sua memória após visitar o setor da exposição denominado “História e Trabalho”.

Na sala denominada “Navio Negreiro” deste setor encontramos diversos artefatos relacionados à escravidão, como correntes, algemas, instrumentos de tortura, além da réplica de um navio negreiro. A sala, com baixa iluminação e cânticos africanos ao fundo, contribui para a criação de uma atmosfera pesada, que tem com intuito o compartilhamento da experiência traumática da escravidão. Esta sala se localiza, seguindo o Roteiro de Visita do espaço, entre o setor “África: Diversidade e Permanências”, que versa sobre as múltiplas etnias africanas e seus modos de vida, e o setor “As Religiões Afro Brasileiras”. Após a passagem desses dois primeiros setores, a visita a sala mencionada se torna inevitável, pois com ela se inicia o setor “História e Trabalho”, em que será verificado o trabalho do negro, através da escravidão, em diversos ramos de trabalho e momentos da história do Brasil. Finalizando esse setor, inicia-se o denominado “História e Memória”, em que são lembradas importantes figuras negras, como escritores, bailarinos, atores, jornalistas, políticos, etc., e finaliza-se com a passagem na seção “A Mão Afro Brasileira”, que mostra obras de diversos artistas negros contemporâneos, focando a habilidade dos negros também no setor artístico.

É importante frisar como a concepção de África ao iniciar o museu se configura de forma múltipla, antropológica e artística e ao passar pelo setor que trata da escravidão, as referências a essa multiplicidade de grupos passam a diminuir. Isto porque a experiência de exploração destes povos diversos os une, segundo o discurso museológico do espaço, promovendo aquilo que tratei como “identidade negra” acima, uma solidariedade racial que se origina entre os seus membros pela idéia de serem todos

descendentes de uma mesma “terra mãe”, e ao terem sido expurgados desta, precisam se unificar em torno da questão racial para superar a condição social que lhe foi imposta. É clara a interferência de um discurso Pan Africanista e do Movimento Negritude na concepção da expografia e exposição. Ao buscar o máximo de artefatos que valorizem a cultura material e a participação dos negros na sociedade brasileira, seja do ponto de vista do trabalho, seja pela arte, reivindica-se o seu reconhecimento não só cultural, mas também político, por ser a própria arte a prova do caráter de civilização dos povos africanos e seus descendentes ao redor do mundo. Além disso, ao passar especificamente pela sala do Navio Negreiro, constrói-se uma visão modificada da África tornando-a desta vez, símbolo da maternidade dos povos negros vivos no continente americano, ainda que sendo uma visão essencializada do continente, é inegável seu caráter político e fortalecedor da identidade negra, especialmente na Diáspora em contraponto a subalternidade que tanto a África Continental como a do Mundo Atlântico foram submetidas. A presença destas ideologias políticas relacionadas à afirmação do povo negro na expografia, deve-se, entre outros motivos, à influência do curador Emanuel Araujo na elaboração e significação do espaço, que ao longo de sua carreira manteve estreito contato com pensadores importantes do movimento negro, especialmente ao viver nos Estados Unidos, em 1988, e participar do II Festival Mundial de Artes Negras da Nigéria, em 1976 que despertou seu interesse em também representar através de exposições a arte africana, enquanto detentora de um especificidade e potencial político reivindicatório. Vale lembrar que o próprio curador participa da política de aquisição de acervo e ele mesmo doou cerca de 2000 peças ao espaço, o que imprimiu um caráter intensamente pessoal à expografia.

A expografia apropria-se de elementos das novas tendências historiográficas que buscam modificar a concepção sobre África baseada em sua dominação, exclusão social. No entanto, utiliza igualmente da memória como fator aglutinador que liga a dor da escravidão com a força da ação dos africanos e a necessidade de reparação. O MAB surge com o intuito de promover, assim como o Movimento Negro, uma nova história com novos personagens, ou segundo palavras do próprio curador Emanuel Araújo [2010]:

[...] a desconstrução de estereótipos, de imagens deturpadas e expressões ambíguas sobre personagens e fatos históricos relativos ao negro, fazendo pairar sobre eles obscuras lendas que um imaginário perverso ainda hoje inspira, e que agem silenciosamente sobre nossas cabeças, como uma guilhotina prestes a entrar em ação a cada vez que se vislumbra alguma conquista que represente mudança ou reconhecimento da verdadeira contribuição do negro à cultura brasileira. [...] O Museu Afro Brasil pretende ser um museu contemporâneo, em que o negro de hoje possa se reconhecer.

Para muitos, a preservação da memória pode parecer algo secundário, ou mesmo sem importância; no entanto, quando verificamos a relação desta com a política, isto é, com o reconhecimento político dos grupos até antes renegados pelos grandes museus nacionais ou pela historiografia tradicional, percebemos que preservar suas lembranças é acima de tudo, preservar a sua voz sobre determinados acontecimentos, o seu reconhecimento como sujeito histórico.

Assim, verificamos que o MAB levanta reflexões a respeito dos negros e seu papel na sociedade atual, questões que vão ao encontro das novas tendências historiográficas, das novas leis (como é o caso da Lei 10 639/2003 que torna obrigatório o ensino de História de África nas escolas, para além do panorama escravista), da própria Constituição e das vozes de setores do Movimento Negro; como afirmação da identidade negra e denúncia do mito da democracia racial (o museu faz bem isso ao não desvalorizar o processo de escravidão, que é estruturante da condição desigual dos negros na sociedade). Vale lembrar também do espaço às demandas dos movimentos sociais da atualidade, condenando, por exemplo, o racismo e contribuindo para as novas políticas afirmativas em relação ao negro, sendo o museu ele próprio um exemplo de política afirmativa.

Aproveitando-se disso e também por isso, a memória sobre África do museu é uma memória militante, que unifica os negros em busca de uma superação da condição escravista cujas influências são sentidas até hoje. Um discurso expositivo bem elaborado pelo seu curador lança as bases da afirmação de uma identidade negra, tal qual os movimentos negros do pós-abolição buscaram fazer.

- O Museu Afro Brasil se torna ainda mais importante em contraposição aos demais museus representativos das tentativas do Estado na formalização de uma memória oficial, como é o caso do Museu Histórico Nacional e o Museu Paulista,

O artigo de Ana Cláudia Brefe [2002], publicado na revista Anais do Museu Paulista, nos passa uma visão clara de como o Museu Paulista, após adquirir, através do trabalho de Taunay, um caráter histórico, serve aos interesses regionais para a constituição de uma memória nacional com protagonismo dos paulistas.

Nesse artigo, Brefe demonstra como foi o processo de modificação do caráter do Museu Paulista, que inicialmente havia sido construído para abrigar coleções relacionadas à história natural e ainda que inicialmente houvesse nele uma sala dedicada à história, esta estava mal organizada, trabalho que competiu a Taunay, que reorganizou o espaço em vistas da comemoração do centenário da independência. Taunay buscou materializar o nacionalismo paulista buscando incansavelmente retratos e esculturas de figuras históricas importantes, especialmente aquelas ligadas à história paulista, como muitos dos bandeirantes, como por exemplo, Raposo Tavares.

A busca incessante e a intervenção do próprio curador nas obras dos artistas ao serem encomendadas, mostram claramente a preocupação do mesmo em fornecer uma linha histórica de valorização do presente independente, da coesão nacional, mas somente possível pela bravura dos bandeirantes. Ou como cita passagem de escrito de Taunay [1937 *apud* BREFE, 2002, p. 98]:

“Foram aproveitadas para recordar o bandeirantismo, episódio culminante da história nacional e, por assim dizer singular da História Universal. Recorda a expansão brasileira para o Oeste, sem a qual seria nosso território um terço do que é.”

No caso deste museu, considerando que Taunay era também membro do IHGB e IHGSP (o que influenciará muito na maneira com que ele pensará o acervo), havia também a preocupação de valorização de um Estado Nacional coeso e homogêneo, livre

de conflitos. Para isso, buscava-se valorizar uma maior participação dos paulistas, estes representados pelos bandeirantes, e não pelo povo, considerados os grandes responsáveis pela unidade nacional, sua grandiosidade e glória [BREFE, 2005]. Portanto, desta maneira, verificamos que a preocupação de Taunay não estava em valorizar o Império, que já havia sido superado pela República, mas sim em valorizar os feitos dos bandeirantes e da Independência (acontecida em solo paulista). O povo miúdo e a massa de escravos, por sua vez, pouco eram referenciadas nas obras do acervo, quando o eram, eram colocadas em segundo plano, apenas como parte da paisagem em que os grandes vultos históricos apareçam em posição de dominância, como comenta Taunay de um dos esboços enviados a ele pelo autor do quadro para sua aprovação [TAUNAY, 1937 *apud* BREFE, 2002, p. 95]:

“Recebi esboços que me agradaram muito [...] Muito boa a concepção do grupo; em lugar da picareta é bom pôr o almocrafe às mãos dos índios; neste quadro peço-lhe que ponha índios e negros. Variação: colocar só índio e tirar o toldo da Canoa. Conjunto excelente.”

Já o Museu Histórico Nacional (MHN) foi fundado em 1922, no Rio de Janeiro em ocasião do centenário da independência. O MHN foi organizado por Gustavo Dodt Barroso que tinha como proposta, segundo as palavras de Bittencourt [2005, p. 157] *um monumento ao Estado Nacional [recém criado], mas um monumento que o celebrasse como uma ordem vitoriosa, subjugando adversários externos e internos, se e quando aparecessem.*

No período pós-Proclamação da República diversos conflitos começaram a surgir no cenário brasileiro da época. Revoltas como Canudos, Contestado e Revolta da Vacina, todas ocorridas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estes movimentos colocaram em cheque o caráter republicano da “nação”, questionando assim sua hierarquia e apontando diversos sujeitos que ficaram excluídos das benevolências desse processo histórico. O Museu Histórico Nacional assumiu portanto, este caráter “civilizador” e “ordenador” de uma sociedade em crise, em que a própria homogeneidade da nação juntamente com seu caráter pacífico eram

questionados. Logo, sua função era bem clara: agir como instrumento de instrução pública, valorizando assim a nação como fator aglutinador e pacificador de todos estes conflitos e diferenças.

Para garantir este objetivo, o discurso expositivo do museu constituiu-se a partir da valorização dos chamados grandes heróis, governantes, imperadores, e especialmente, militares, que teriam sido, nessa visão, fundamentais para o ordenamento social, caracterizando uma maneira positivista de contar a História, que fazia forte apologia ao Império Brasileiro.

O povo, por sua vez, assim como ocorreu no Museu Paulista, permaneceu ausente do discurso expositivo do MHN, aparecendo somente quando este representava ameaça ao Estado Imperial [Idem, p.166]. Logo, vemos que o período imperial é mostrado como grande exemplo da ordem social e política nacional e sua relação com o povo, *“baseada na violência, pois existe uma predisposição natural à desordem entre os últimos, predisposição cujas origens estão à preponderância da alma sobre o intelecto”*.

*

Considerando todos os elementos que vimos aqui nessa breve explanação, verificamos que a forma com que foi forjada a identidade nacional no período pós-independência e pós-proclamação da República não contemplou todos os grupos sociais presentes no momento de sua elaboração e a posteriori. Falar de liberdade e autonomia sem considerar tais distinções que se implementaram aqui de maneira tão contundente e por tanto tempo, como é o caso da escravidão, apenas contribui para a encenação de teatros como o da FIFA que vê paz onde não existe, vê harmonia numa relação completamente desigual. Iniciativas de meninos como Jeguaka Mirim, como o Movimento Negro e o Museu Afro Brasil escancaram tais fatores históricos, mas sem vitimizar seus agentes, mostrando, pelo contrário, que índios e negros são completamente capazes de escrever suas histórias e já o fazem na contramão da

sociedade em que persiste a raça enquanto um paradigma de hierarquização social e preservação das desigualdades políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAUJO, Emanuel. *Museu Afro Brasil - Um Conceito em Perspectiva*. São Paulo, Banco Safra, 2010.

ASANTE, S.K. & CHANAIWA, David. O Pan – Africanismo e a Integração Regional. In: *História Geral da África*. V. VII. UNESCO, Brasília, 2010.

BITTENCOURT, José. *Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Ed. Unesp/Museu Paulista, 2005 pp. 27-86.

BREFE, Ana Claudia. *História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 79-103 (2002-2003).

DOMINGUES, Petronio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Intelectuais Negros e Formas de Integração Nacional. *Estudos Avançados* 18 (50), 2004.

HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. IN: **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol.22., n.36. jul/dez., 2006. pp.261-273.

KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: On the semantics of historical time*. Columbia University Press, 1985.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na época da Abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRF, EDUSP, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de . *A problemática da Identidade Cultural nos Museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)*. In: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série n. 1, 1993.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?* REVISTA ABPN v. 4, n. 8 • jul.–out. 2012 • p. 06-14

PEREIRA, Almicar. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*, 2010. 268f. Dissertação. Doutorado em História, UFF Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói – RJ.